

Presentes:Membros do Conselho:

Adalberto Sabino – CORESAN Paranavaí; Adriane Leandro – SESA; Amanhda Waleska Sedlmaier – SEJU; Davi de Abreu Rocha – CORESAN Jacarezinho; Dóris de Fátima Iastrenski – CORESAN Guarapuava; Elenita Conegero Pastor Manchope – SETI; Fernanda Pereira Cardoso – CORESAN Cianorte; Flávia Anastácio de Paulo – CORESAN Cascavel; Franciele de Matos Siqueira – CORESAN Irati; Gabriela M. S. da S. Margonar – CORESAN Maringá; Jaciara Reis Nogueira Garcia – CORESAN Toledo; Janaiara Moreira S. Berbel – CORESAN Campo Mourão; Kelly Franco de Lima – CORESAN Londrina; Lucimar Souza da Silva – CORESAN Ivaiporã; Marcelo Inácio Stelmach – CORESAN União da Vitória; Marli Terezinha Dalmolin – CORESAN Laranjeiras do Sul; Márcia Cristina Stolarski – SEAB; Murilo Wenzel Luiz – SANEPAR; Ronaldo Juliano Pavlak – ITAIPU BINACIONAL; Rosangela Mara Slomski Oliveira – SEED/FUNDEPAR; Roseli Pittner – CORESAN Pitanga; Salete Maria de Lima Venancio – CORESAN União da Vitória; Sibila Broetto Duque – CORESAN Umuarama; Tatiana Marin – CORESAN Apucarana; Vanderlei José dos Santos – CORESAN Pato Branco.

Outros Participantes: Alana Bottega Lima – Casa Terra Coletiva; Carlos Alberto Ferreira – SEAB Ivaiporã; Carmen Romagna de Lima – Itaipu Governança Participativa; Daniel Vinicius Mussoi – SEAB Guarapuava; Emanuela R. Santos – Itaipu Binacional; João Ricardo Barbosa Rissardo – SEAB Campo Mourão; Loreni de Azevedo Oliveira – SEAB Laranjeiras do Sul; Mario O. Lima – Assessoria Dep. Prof. Lemos; Mayara M. Caruzzo – Itaipu Governança Participativa; Michel Gomes de Souza; Rhaysla Vitória Woicikoski Lima – Centro Universitário Integrado; Samireille Silvana Messias – Itaipu Governança Participativa; Solange Pinto Soprani – SEAB Cascavel; Orlando Ferreira Campos – CORESAN Campo Mourão; Eliezer Tieclimg – IDR Paraná.

Justificativa de Ausências: nenhuma justificativa oficial registrada.

Pauta:

1. Abertura e boas-vindas;
2. Apresentação Cultural do Grupo Quinta do Sol;
3. Apresentação dos Equipamentos de SAN de Campo Mourão;
4. Ministério Público – Projeto Caminhos da produção orgânica;
5. Apresentação do sistema de gestão de merenda escolar;
6. Ações educação nutricional – ITAIPU;
7. Relato da Cooperativa Agroindustrial de Agricultores Rurais de Corumbataí e Região;
8. Visita a cooperativa COAFCAM;
9. Visita ao SESC Mesa Brasil;
10. Visita à Casa de Passagem Indígena;
11. Aprovação da Ata e da Pauta;

12. Relato das CORESANs;
13. Programa Cozinha Solidária e Programa Alimenta Cidades. O papel do controle social – Neto;
14. Moção de Repúdio Coca-Cola e MC’ Donalds;
15. Apresentação DESAN;
16. Visita Obra do Restaurante Popular e Centro Dia do Idoso;
17. Encerramento.

1 **Memória:** Dando início à reunião, é composta a mesa de abertura com as autoridades da Regional
2 Campo Mourão, entre elas o Prefeito do município, o Ministério Público e a Chefia Regional da
3 SEAB e IDR. Na sequência, a Conselheira Janaira Moreira agradece pela presença dos demais
4 conselheiros. É mencionado o planejamento das visitas técnicas que os Conselheiros farão e é citado
5 o cronograma dos dias de trabalho. Ato contínuo, a palavra é passada para a Presidente Roseli Pittner,
6 que solicita a aprovação da ata da reunião anterior, sendo esta aprovada pelo Conselho. Em seguida
7 é solicitado a aprovação da pauta da reunião, sendo esta aprovada por unanimidade. Após
8 apresentação cultural do município de Quinta do Sol, técnicos do município de Campo Mourão
9 apresentam os programas e equipamentos de SAN existentes na cidade. Na sequência, a promotora
10 de Justiça e coordenadora do Grupo de Atuação Especializada em Meio Ambiente, Habitação e
11 Urbanismo (Gaema), Rosana Araújo de Sá Ribeiro, explica as iniciativas do Gaema para incentivar
12 a agricultura orgânica e a sustentabilidade nos municípios da região. Em contribuição, a conselheira
13 Marcia Stolarski, discorre sobre o novo Plano de alimentos orgânicos na alimentação escolar do
14 Paraná. Dando continuidade nos trabalhos, a equipe técnica da alimentação escolar do município de
15 Campo Mourão apresenta o sistema de gestão da merenda escolar implementado no município. Para
16 apresentar as ações de educação alimentar e nutricional planejadas pela ITAIPU Binacional para os
17 municípios atendidos pela Usina, as técnicas da área de Governança participativa discorrem sobre as
18 diretrizes em curso e previstas. Dando continuidade, o dirigente da Cooperativa Agroindustrial de
19 agricultores rurais de Corumbataí do Sul, apresenta a situação da Cooperativa, a qual já tem seu
20 trabalho reconhecido no mercado, cujo carro chefe é a produção de maracujá. A cooperativa
21 comercializa a fruta in natura e também a polpa. As sementes são vendidas para a empresa Natura,
22 para fabricação de cosméticos. Parte da produção é também entregue às escolas da região através de
23 programas institucionais do Governo do Estado. Além disso parte da produção é comercializada em
24 todo o Paraná e outros estados, como São Paulo, por exemplo. Para finalizar as atividades do dia, os
25 Conselheiros realizam as visitas técnicas programadas na COFCAM, no SESC Mesa Brasil e na Casa
26 de Passagem Indígena. Abrindo os trabalhos do segundo dia de plenária, a Presidente Roseli Pittner
27 discorre sobre os assuntos a serem debatidos, abrindo a palavra para o relato das Coresans. Dessa
28 forma, a palavra é concedida para a conselheira Jaciara Garcia. A conselheira traz uma solicitação a
29 pedido dos nutricionistas da saúde e o conselho municipal de Toledo, que pedem ajuda pelo aumento
30 do número de pacientes que necessitam de alimentação especial, uma vez que a quantidade licitada
31 em 2024 não supriu a demanda. Além disso, é comentado que no dia 25 de setembro de 2025
32 acontecerá o Encontro Regional de Segurança Nacional e Regional, na UNIOESTE, em Toledo. Ato
33 contínuo, a conselheira questiona acerca do pedido do município de Toledo, em que é esclarecido que
34 o Estado deveria auxiliar financeiramente ou com recursos os municípios necessitados. A conselheira
35 Adriane Leandro responde que o SUS não tem legislação ou programa específico para financiamento
36 de dietas especiais, havendo a necessidade de organizar e estabelecer protocolo de avaliação,

37 dispensação de dietas especiais e acompanhamento da evolução do paciente nos municípios. A
38 Conselheira Rosângela também comenta brevemente sobre o assunto. Em seguida, a Conselheira
39 Kelly Franco de Lima faz um breve relato baseado em sua experiência em outro município, com a
40 aquisição de alimentação especial via Consórcio intermunicipal. A Conselheira Rosângela
41 complementa acerca do relato. E o secretário executivo Valdenir, sugere que esse debate seja levado
42 aos Consórcios intermunicipais existentes em cada regional. Em prosseguimento, a conselheira
43 Jaciara comenta sobre os critérios de acompanhamento para adesão ao SISAN, sendo eles o
44 funcionamento do CONSEA, CAISAN e o plano elaborado. É comentado sobre a estratégia de como
45 será realizado, pois devido à troca de gestões nos municípios, não foi possível realizar um
46 monitoramento. A estratégia discutida será de convidar todos os representantes dos municípios do
47 Paraná para um evento sobre SAN e os critérios para permanência da adesão ao Sistema. A presidente
48 Roseli sugere que os conselheiros tragam suas próprias estratégias de acompanhamento de adesão ao
49 SISAN, bem como que a Secretaria Executiva apresente um passo-a-passo do que é necessário conter
50 no plano de SAN. A proposta então é votada, sendo aprovada por todos os presentes. É então aberto
51 espaço para comentários, sendo que a conselheira Jaciara relata a dificuldade de entrar em contato
52 com os secretários e prefeito de seu próprio município. A palavra então é retornada pela presidente
53 Roseli, que reafirma a palavra da conselheira anterior, sugerindo a criação de um documento e a
54 realização de eventos para a apresentar as questões do SISAN aos municípios. Dando sequência, o
55 Chefe Regional João Ricardo reforça a importância de um documento oficial para os municípios, mas
56 que ainda assim é preciso o contato com cada prefeito e secretário da pasta responsável pela segurança
57 alimentar, conscientizado sobre o Sistema. Reforça ainda que é um trabalho árduo, mas que não se
58 pode desistir do processo de visitas in loco. O Secretário Executivo Valdenir Veloso Neto pede para
59 que antes de qualquer mudança ou realização de eventos, é prudente aguardar o novo secretário de
60 Agricultura do Estado assumir o cargo. Ato contínuo, a conselheira Flávia Anastácio, comenta que a
61 associação de celíacos tem conseguido a conquista da construção do direito à alimentação especial
62 via resoluções e legislações, mas que a construção da completude das necessidades alimentares
63 especiais é um processo mais burocrático. A representante traz ainda a questão da lei criada em 2024
64 no Estado do Paraná em que não oferece alimentação específica para quem está em processo de
65 internação hospitalar. O assunto então é amplamente discutido pelos conselheiros, sendo então
66 determinado que a apresentação do documento será enviada para o grupo e que qualquer manifestação
67 seja feita por mensagem via WhatsApp. A presidente Roseli informa que o Instituto FUNDEPAR
68 encaminhou um ofício solicitando a indicação de dois Conselheiros para compor o Conselho Estadual
69 de Alimentação Escolar (CEAE/PR), sendo que após votação nominal em aplicativo eletrônico, foram
70 indicados para representar o CONSEA junto ao CAE, a conselheira Roseli Pittner (titular) e o
71 conselheiro Vanderlei José dos Santos (suplente). Passando para a pauta das Cozinhas Solidárias, o
72 Secretário Executivo Valdenir Veloso Neto comenta sobre o incentivo do Governo Federal sobre esse
73 programa e questiona sobre as condições de salubridade destas. É apresentado dados referentes ao
74 programa, tanto em âmbito federal, quanto estadual. É sugerido para que os municípios participantes
75 do programa Cozinhas Solidárias acionem a vigilância sanitária para fiscalizarem a operação dessas
76 cozinhas. É abordado também o decreto nº 11.937 de 2024, que regulamenta o funcionamento das
77 cozinhas participantes do programa, e é reiterado que na ausência de um conselho fiscalizador
78 municipal, a função deverá ser exercida pelo conselho de segurança alimentar ou equivalente. O
79 Secretário comenta sobre denúncias feitas em relação a algumas dessas cozinhas, e afirma que a
80 fiscalização delas no Estado do Paraná não seria trabalhosa, visto que há apenas 86 mapeadas no
81 estado. A palavra é passada para conselheira Kelly Franco que também reitera a importância do
82 mapeamento e fiscalização desses locais. É então aberto espaço para comentários referentes às

83 cozinhas. A conselheira Adriane questiona se todas as cozinhas precisam da licença da vigilância
84 sanitária para funcionamento, variando de acordo com a legislação em vigência. É afirmado que não
85 é necessário um alvará por ser um local de caráter solidário, mas que as documentações referentes ao
86 programa necessitam de deferimento. É questionado também se existe um trabalho de manipulação
87 dos alimentos enviados às Cozinhas Solidárias e o assunto é amplamente discutido. Em comum
88 acordo, ficou estabelecido que cada Coresan fará o levantamento das cozinhas solidárias em
89 funcionamento nos municípios de regional, produzindo um relatório para a próxima plenária
90 presencial. Em continuidade, o Secretário Executivo introduz o assunto referente ao programa
91 Alimenta Cidades, que, no estado do Paraná, contempla as cidades de Curitiba, Londrina, Maringá,
92 São José dos Pinhais e Ponta Grossa. O programa tem como objetivo ampliar a produção, acesso,
93 disponibilidade e consumo de alimentos considerados saudáveis pela população mais necessitada. É
94 apresentado dados referentes ao programa no âmbito estadual e também no município de Curitiba,
95 produzidos pelo IPPUC. O secretário executivo comenta que também seria interessante ter um estudo
96 aprofundado feito por institutos de pesquisa em outros municípios do Paraná. Em relação ao assunto,
97 ficou como sugestão que os Conselheiros adentrem a página eletrônica do Programa, bem como das
98 cozinhas solidárias, para ter embasamento sobre o funcionamento dos mesmos. Na sequência, a
99 conselheira Tatiana Marin aborda o assunto referente a uma entidade que estava recebendo alimentos
100 não-orgânicos e de má-qualidade do Programa Compra Direta. A situação teve medidas tomadas pelo
101 Consea do município e a conselheira reforça a importância das reuniões entre o Conselho e as
102 Entidades e Cooperativas no próximo edital de 2025. Na sequência, a presidente Roseli explica acerca
103 da ausência da conselheira Alzimara Bacellar e lê um documento, a pedido da referida, produzido
104 pela Federação de Mulheres do Paraná. O documento, que reivindica dignidade e democracia às
105 mulheres, é então lido e comentado pela Presidente. Em seguida, é discutido sobre a parceria do
106 Ministério de Desenvolvimento Social com a empresa Coca-Cola que foi reafirmada pelo Governo
107 Federal. É comentado que ficou elaborado um documento onde ficou definido que cada estado
108 poderia endossar a nota elaborada pelo CONSEA Nacional ou criar uma moção de repúdio. É lida
109 uma notícia referente à parceria, aonde relata críticas por parte de nutricionistas públicos quanto ao
110 acordo com a multinacional, uma vez que geraria conflitos de interesses. A conselheira questiona se
111 será endossada a nota elaborada pelo CONSEA Nacional ou se será elaborado uma nova moção de
112 repúdio. A conselheira indica a elaboração de uma nova moção de repúdio. É aberto espaço para três
113 manifestações. A conselheira Flávia indica que o problema não é do Estado do Paraná no momento,
114 e cita o Estado de Minas Gerais, aonde a referida instituição se encontra drenando a água e secando,
115 assim, os poços artesanais. Em seguida, o conselheiro Ronaldo Juliano cita a parceria do Ministério
116 de Desenvolvimento Social com a empresa Arcos Dourados/MC Donald's, e afirma que o Conselho
117 deveria solicitar ao CONSEA Nacional o parecer do Ministério antes da produção da moção de
118 repúdio. A Conselheira complementa que os documentos publicados pelo Estado sejam publicados
119 também pelo CONSEA Nacional. Ato contínuo, o Conselheiro Adalberto Sabino afirma que o
120 CONSEA Paraná deve se manifestar junto com as outras coalisões. Na sequência, é organizado um
121 grupo para a elaboração do documento, sendo ele formado pelos conselheiros Ronaldo, Murilo,
122 Jaciara, Adriane, Kelly, Adalberto Sabino e Rosângela. Seguindo para o próximo assunto, o
123 Secretário Executivo Valdenir Veloso Neto apresenta as duas novas conselheiras, Elenita,
124 representando a Secretaria de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior, e Amanda,
125 representando a Secretaria de Estado da Justiça. Ambas agradecem pelas saudações e discorrem
126 brevemente sobre suas carreiras. Ato contínuo, a conselheira Márcia relembra que ao final do ano de
127 2024, o IPARDES apresentou um estudo de caráter social que não foi dado continuidade devido ao
128 ano eleitoral, mas que a pesquisa se iniciará ao final de março de 2025, com os resultados preliminares

129 previstos para serem entregues em dezembro do referido ano. A conselheira também comenta sobre
130 uma fiscalização da Controladoria-Geral da União em relação aos Programa de Aquisição de
131 Alimentos e alerta quanto às irregularidades identificadas em municípios fiscalizados. Dando
132 continuidade, a conselheira Márcia também comenta sobre novos convênios de Restaurantes
133 Populares realizados em dois municípios. Na sequência, a conselheira Márcia discorre sobre o
134 programa Paraná Mais Orgânico, e a tentativa de aumentar o percentual de compras desses alimentos
135 e incentivar a produção dos agricultores. Em seguida, a convidada Alana, do Coletivo Casa Terra,
136 explica a ideia de seu grupo de trabalho de fazer um levantamento das demandas principais da
137 produção de orgânicos para articular com o plano estadual. A conselheira Márcia comenta ainda sobre
138 a publicação do Plano Estadual de Segurança Alimentar e Nutricional, realizada em 2024, com
139 vigência entre 2024 e 2027, e levanta a possibilidade de divulgar publicamente um acompanhamento
140 dos planos, mostrando as metas cumpridas e não cumpridas. Ato contínuo, a conselheira Márcia relata
141 sobre o Programa Compra Direta Paraná, com a publicação dos resultados da quinta edição e destaca
142 uma evolução em comparação às edições anteriores, sendo que no edital 2025, o programa terá 70
143 milhões para as compras da agricultura familiar. Ela reitera que haverá, até o mês de abril, uma
144 publicação com a classificação das associações e cooperativas selecionadas. É aberto espaço para
145 perguntas e o conselheiro Lucimar comenta que em seu município e outros municípios vizinhos ele
146 organizou a montagem das propostas para o programa Compra Direta, de modo com que todas as
147 associações e cooperativas pudessem ser contempladas, visando acima de tudo os princípios do
148 cooperativismo. A conselheira Márcia reitera a importância do associativismo e cooperativismo,
149 destacando que por não haver uma união e assistência técnica na elaboração das propostas, algumas
150 associações ou cooperativas acabam não sendo selecionadas pelo Programa. Em continuidade, a
151 conselheira Kelly comenta sobre a renovação dos critérios do programa Compra Direta e pede a
152 inclusão de PANCs nos editais futuros. Em seguida, a palavra é concedida para o assessor do
153 Deputado Prof. Lemos, que solicita apoio do CONSEA Paraná ao projeto da construção de uma horta
154 orgânica na penitenciária estadual de Campo Mourão, o qual faz parte de um projeto de
155 ressocialização dos detentos. Na sequência, o chefe do Núcleo João Ricardo agradece ao CONSEA
156 pela realização da plenária em Campo Mourão, destacando a importância do controle social. A
157 conselheira Márcia relembra do documento orientativo do Governo Federal em relação aos critérios
158 de permanência no SISAN. O conselheiro Murilo sugere então a criação ou aprimoramento de um
159 sistema de informações dos municípios que aderiram ao SISAN, centralizando todos os dados em
160 uma só plataforma. A conselheira Márcia relata sobre a dificuldade em adquirir um sistema
161 informatizado, tendo em vista o custo para tal e as limitações orçamentárias. O secretário executivo
162 reforça a importância de se utilizar a plataforma do SISAN elaborada pelo MPPR. Para encerrar o
163 segundo dia de plenária, os Conselheiros realizam a visita técnica nas obras do Restaurante Popular,
164 com a presença do Senhor Prefeito de Campo Mourão, e ainda, realizam a visita ao Centro Dia do
165 Idoso. A reunião é finalizada na Secretaria dos Conselhos do município, ocasião em que a Presidente
166 Roseli Pittner agradece a presença de todas e todos, bem como a acolhida primorosa realizada pela
167 Coresan Campo Mourão.

Subscreve a memória:

Valdenir B. Veloso NETO
Secretário Executivo CONSEA/PR
Agente Técnico Profissional SEAB